

II CONGRESSO ESTADUAL CONSTITUINTE ESCOLAR – II CECEAL:

uma estratégia de avaliação da Política Educacional de Alagoas

Maria Betania Buarque Lins Costa*

Maridalva Santos Passos Costa**

Maria verônica Chaves de Aragão Lisboa***

Marta Palmeira melo****

RESUMO

Este trabalho faz uma reflexão sobre o processo de democratização da Política de Educação do Estado de Alagoas, tomando como particularidade o II Congresso Constituinte Escolar (CECEAL), realizado em dezembro de 2004, enquanto estratégia de Avaliação dessa Política. Apresenta a dinâmica de seu funcionamento, cujo processo consubstanciou-se através de quatro momentos metodológicos: preparatório na Secretaria Executiva de Educação (SEE), avaliação nas escolas, avaliação nas Coordenadorias Regionais de Educação e a realização do II CECEAL. Faz ainda referência a agenda de trabalho da SEE/2005, construída coletivamente, após o Congresso, em resposta as demandas da comunidade escolar.

Palavras-chave: Estado, Política de Educação, Gestão, Democrática, avaliação, Participação.

ABSTRACT

This work makes a reflection on the democratization process of the Education Politics of the Alagoas State, considering particularly the "II Scholar Constituent Congress" (CECEAL), happened in December-2004, as an evaluation strategy of this Politics. It presents the dynamics of its working, whose process solidified through four methodological moments: preparatory in the *Secretaria Executiva de Educação* (SEE); evaluation in the schools; evaluation in the Regional Co-ordinations of Education (CREs) and the accomplishment of the II CECEAL. It still makes reference to the SEE schedule of work in 2005, collectively constructed, after the Congress, in reply to the demands of the school community.

Key words: State, Politics of Education, Democratic, Management, Evaluation, Participation.

1 INTRODUÇÃO

O processo de democratização da educação em Alagoas teve como marco inicial o I Congresso Estadual Constituinte Escolar (1999), "Construindo a Escola Cidadã" que culminou com a "Carta de Princípios da Educação", resultado de uma

* Mestre sem Serviço Social pela UFPE

** Especialista em Gestão Escolar pelo Instituto Batista do Ensino Superior de Alagoas (IBESA).

*** Especialista em Serviço Social na área de Educação pela UFAL.

**** Especialista em Gestão Escolar pelo IBESA.

longa mobilização e discussão com a comunidade escolar e que apontou os rumos de uma Política Educacional, orientada por uma Gestão Democrática.

Reafirmando o compromisso com a descentralização e a consolidação do processo democrático, a Secretaria de Executiva de Educação de Alagoas (SEE) realizou em dezembro de 2004 a primeira avaliação da Política Educacional através do II Congresso Estadual Constituinte Escolar (II CECEAL) “Fortalecendo a Escola pública Cidadã”; com o propósito de refletir e deliberar, com toda a comunidade escolar e o comitê do Plano Estadual de Educação, sobre os rumos da Política Educacional, garantindo a pluralidade democrática.

O referido Congresso teve como objetivos:

- Avaliar a Política Educacional do Estado de Alagoas à luz do Plano de Governo e da Carta de Princípios da Educação, na perspectiva de um a escola pública democrática;
- Melhorar a qualidade do ensino tendo como foco o combate dos altos índices de reprovação, abandono, distorção idade série;
- Subsidiar o processo de decisão política e gerencial da instituição;
- Deliberar sobre o Plano Estadual de Educação 2004/2014.

O II CECEAL está referendado na “Carta de Princípios da Educação”, ao afirmar que “a Constituinte Escolar seja um processo contínuo e crescente, realizando uma grande avaliação anual e um Congresso Estadual Constituinte a cada dois anos” (princípio 33), e no Estatuto do Magistério Público do Estado de Alagoas, Lei nº 6.196, de 26 de setembro de 2000, que declara “fica instituído o Congresso Estadual Constituinte Escolar como fórum máximo de deliberação dos princípios norteadores das ações da Rede Pública Estadual de ensino, a ser realizado no mínimo uma vez, no período correspondente a cada gestão estadual” (art.49).

Neste contexto, o II CECEAL busca dar forma ao preceito Constitucional de se redesenhar, no estado, a construção de uma sociedade mais igualitária, permeada por uma Educação de qualidade enquanto direito de todos, com uma concepção de escola que não apenas cultive “o espírito democrático, [mas que ajude, fundamentalmente, ao aluno] a entrar na vida com capacidade para interpretar os fatos mais importantes relacionados quer com o seu destino pessoal, quer com o destino coletivo” (DELORS, 2001 p.60).

2 O CECEAL COMO MECANISMO DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

Para desencadear o processo de avaliação da Política de Educação, em consonância com os pressupostos da gestão participativa, que segundo Bordignon e Gracindo (2000), guarda o sentido da construção de algo que pertence a todos, em que a participação requer a repartição coletiva do sucesso, a partir alianças com a comunidade externa, a quem a escola serve e pertence efetivamente, a Secretaria Executiva de Educação (SEE) viabilizou a realização da Avaliação da Política de Educação de Alagoas, através do II CECEAL, cujo processo se deu em quatro momentos metodológicos: preparatório ao Congresso; de avaliação nas 365 escolas estaduais; de consolidação das avaliações das escolas pelas Coordenadorias Regionais de Educação (CREs) e de realização do II CECEAL.

2.1 Momento preparatório ao Congresso

Este momento foi conduzido pela Coordenadoria de Gestão Educacional (CGE) — que coordenou os momentos de organização, planejamento, estruturação e mobilização para o II CECEAL¹ —, discutiu e construiu as linhas norteadoras do processo de avaliação dessa Política. Inicialmente, o grupo de trabalho foi constituído com representação das seguintes instâncias: Conselho Estadual de Educação; Comitê Executivo do Plano Estadual de Educação; Assessoria de Planejamento e Orçamento da SEE; Coordenadoria de Educação; Coordenadoria de Desenvolvimento dos Profissionais da Educação; Coordenadoria de Ação Cultural; Coordenadorias Regionais de Educação; Departamento de Administração e Finanças; Assessoria de Comunicação.

Para a definição de estratégias de ação norteadoras da avaliação da Política Educacional dentro dos princípios da gestão democrática e da escola cidadã, cuja orientação tem como referencial teórico-metodológico a escola como espaço de debates e idéias, de tomada de decisões, de construção de conhecimentos, de sistematização de experiências, enfim, um centro de participação popular na construção da cultura, buscou-se

¹ Ressalte-se que, a oficialização do II CECEAL se deu através da Portaria nº 2078 de, publicada em Diário Oficial no dia 19-11-2004, constando da convocação da comunidade escolar e da definição das competências dos comitês: Executivo (coordenação geral, financeira, secretaria/relatoria) e Organizador (coordenação técnica, infra-estrutura, mobilização, cultural, marketing) além de delegar a presidência ao Secretário da Educação.

a assessoria técnica da Universidade Federal de Alagoas e da Assessoria do Planejamento (APO) da SEE.

A primeira deliberação decorrente foi a elaboração do projeto que justificou as razões de sua realização e definiu: os objetivos, o tema central e os sub temas, o público alvo das etapas preparatórias — das oficinas, dos regionais e da realização do II CECEAL —, os períodos, a metodologia, os palestrantes, os custos e as ações estratégicas para a efetivação do referido Congresso. Este projeto passou pela apreciação do colegiado setorial ampliado da SEE, que o aprovou sem nenhuma alteração. Concomitantemente, foi elaborado o Regimento dos Encontros Regionais e do II CECEAL.

Dentre as ações estratégicas, elencamos:

- Levantamento bibliográfico dos seguintes documentos: Constituição de 1988, Estatuto do Magistério Lei nº 6.196/2000, Projeto Político Pedagógico da SEE, Planejamentos das ações da SEE e Relatórios anuais das ações desenvolvidas nos períodos 1999 a 2004;
- Elaboração do Caderno de Subsídios à Avaliação da Política Educacional e Proposições das Escolas. O mesmo consta de informações e reflexões que visavam subsidiar a avaliação da referida Política e a formulação de novas proposições, respaldadas em diagnósticos do setor educacional. Este Caderno consta de um roteiro a ser preenchido nas oficinas de trabalho e de orientações sobre os documentos (Indicadores educacionais da escolas, Carta de Princípios da Educação, textos: Marco conceitual e situacional, objetivos, diretrizes e macro ações da Política Educacional do Estado de Alagoas, Plano Estadual da Educação: versão preliminar) que oportunizaram as escolas a avaliar e levantar proposições de ações ;
- Construção do Manual de Orientação às Escolas, contendo informações para a estruturação, sensibilização, organização, estudo, avaliação e deliberação — para as escolas, os encontros regionais e a realização do II CECEAL—, além de um roteiro de oficina para os segmentos da comunidade escolar (em anexo ao manual), como sugestão de organização de estudo, a ser acatado ou não pela comissão organizadora escolar.
- Capacitação de um grupo com 60 participantes, objetivando a sua instrumentalização sobre o II CECEAL, como mecanismo de avaliação da Política Estadual de Educação, para atuarem como multiplicadores dos facilitadores das escolas. Este grupo foi constituído por representantes do Comitê Executivo do Plano Estadual de Educação; da Assessoria de

Planejamento e Orçamento da SEE; da Coordenadoria de Educação; da Coordenadoria de Desenvolvimento dos Profissionais da Educação; da Coordenadoria de Ação Cultural; das Coordenadorias Regionais de Educação; Departamento de Administração e Finanças e da Assessoria de Comunicação.

- Capacitação de 1095 facilitadores da avaliação nas escolas — diretora geral, coordenador pedagógico e conselheiro escolar —, objetivando instrumentalizar estes para desencadear o processo de mobilização, organização e construção dos trabalhos para o II CECEAL nas escolas;
- Acompanhamento às CREs quanto ao desenvolvimento dos trabalhos nas escolas;
- Sistematização das propostas oriundas dos Encontros Regionais num único documento para a plenária final do II CECEAL.

2.2 Avaliação nas escolas

Para dar início ao processo de capacitação para a avaliação nas escolas, os multiplicadores — diretora geral, coordenador pedagógico e conselheiro escolar — formaram, em cada escola, uma comissão organizadora paritária entre os segmentos da comunidade escolar (pais, alunos, professores e técnico-administrativos) responsável pela sensibilização, mobilização e divulgação do processo e pela realização de oficinas de estudo, por segmento.

Vale ressaltar que, todas as etapas de instrumentalização das escolas estavam contidas no Manual de Orientação às Escolas e no caderno de subsídios à avaliação da Política Educacional e proposições das escolas. O caderno de subsídios continha três questões, abaixo discriminadas, norteadoras da avaliação da Política e das proposições das escolas, das CREs e da SEE:

- A primeira questão teve como objetivo verificar os avanços que a escola, as CREs e a SEE obtiveram com o desenvolvimento das ações nos eixos de gestão, pedagógico e relacional, de 1999 a 2004. Nessa avaliação, a escola pôde identificar as dificuldades encontradas para avançar na diminuição dos seus índices de repetência, abandono, distorção idade e série, norteadas por uma matriz que continha os 68 princípios da “Carta de Princípios da educação”, distribuídos nos eixos acima citados;

- A segunda questão tinha como objetivo estimular a comunidade escolar a propor ações para a melhoria do desempenho das escolas, das CREs e SEE, para o biênio 2005 – 2007;
- A terceira questão objetivava submeter, à apreciação da comunidade escolar, sobre o Plano Estadual de Educação, em processo de elaboração, no sentido de buscar o respaldo da comunidade escolar no que se refere às diretrizes e as ações nele contidas.

Estas questões foram respondidas nas oficinas, pelos quatros segmentos da comunidade escolar e sistematizadas pela comissão organizadora escolar para serem apreciadas e deliberadas em plenária no “DIA da EDUCAÇÃO” . Neste dia, foi proferida, em cada escola, uma palestra com a temática central do II CECEAL “Fortalecendo a escola pública cidadã”, como, também, a escolha dos delegados que representaram as escolas nos Encontros Regionais. Em seguida, cada comissão encaminhou a sistematização das propostas deliberadas para as CREs de origem.

2.3 Consolidação das avaliações das escolas pelas Coordenadorias Regionais de Educação (CREs)

A partir do momento em que as CREs foram capacitadas como multiplicadores do processo de Avaliação da Política de Educação, se constituíram “elos da gestão” com as seguintes atribuições:

- Formação da equipe de estudo na sua CRE de origem, procedendo a mesma avaliação realizadas nas escolas;
- Acompanhamento do processo de discussão nas escolas, sob sua responsabilidade;
- Constituição da comissão intermediária, organizadora do Encontro Regional, com as funções de coordenar, supervisionar, dirigir e promover a realização do Regional em articulação com a comissão organizadora central da SEE;
- Sistematização do conjunto de propostas provenientes das escolas de sua jurisdição;

Os Encontros Regionais aconteceram nas sedes das CREs, sob a presidência da coordenadora regional de cada CRE. Estes consistiram em fóruns de debates da Política da Educação nas Regiões com a temática central do II CECEAL “Fortalecendo a escola pública cidadã”, e tinha como objetivo avaliar, discutir e deliberar sobre as avaliações e proposições oriundas das escolas, sobre a versão preliminar do Plano Estadual de

Educação e eleger representações dos delegados nas regiões para o II CECEAL. As deliberações desses Encontros foram encaminhadas para a comissão organizadora central da SEE. Nesta etapa foram envolvidos 1320 delegados.

2. 4 Realização do II CECEAL

Para fazer face ao sucesso dos trabalhos desenvolvidos nas escolas e nas CREs, bem como ao fortalecimento da escola cidadã, a SEE, buscou aprofundar aspectos técnicos e de políticas específicas relacionadas com o temário central “ Fortalecendo a escola cidadã”, além de garantir a socialização dos trabalhos realizados nas etapas preliminares desenvolvidas nas escolas e nos Encontros Regionais.

O II CECEAL contou com a participação de 604 delegados eleitos nos Regionais e 146 delegados natos, totalizando 750 delegados.

A programação foi desenvolvida durante três dias consecutivos. No primeiro dia aconteceu a abertura oficial do II CECEAL com a presença de autoridades locais, dos dirigentes da SEE, dos delegados eleitos nos Encontros regionais, dos delegados natos. Em seguida, foi proferidos a Conferência de abertura com o tema Escola pública, protagonista da escola cidadã².

No segundo dia, pela manhã, foi feita a leitura e aprovação do Regimento e em seguida a realização de quatro mesas simultâneas, abordando os seguintes sub-temas: A Gestão pública da Educação em Alagoas³; Planejamento, Gestão e Controle Social da Política Educacional⁴; A valorização Profissional e a Qualidade da Educação⁵; A Construção e a Implementação do Currículo como Efetivação da Função Pedagógica⁶.

No período da tarde, realizou-se o trabalho de grupo para discussão e apreciação da sistematização das avaliações e proposições resultantes dos Encontros Regionais (matriz da primeira e segunda questão). Os participantes foram divididos em grupos por eixos: quatro grupos trabalharam o eixo de gestão, dois o eixo pedagógico e dois o eixo relacional. Cada grupo tinha um coordenador geral, um secretário e um elo articulador entre o coordenador e o grupo. Terminada as discussões, o secretário encaminhava à

² Palestra proferida pelo professor mestre Vasco Pedro Moreto, UNB.

³ Palestra proferida por Georgina Amália do Nascimento, Vânia Veloso. CEPLAN/AL e Glácia Pereira Tavares. CEFAZ/AL, tendo como debatedora a professora mestre Sandra Lúcia. UFAL.

⁴ Palestra proferida pelos professores Dr. Élcio de Gusmão Verçosa. CEE/AL, Maria Zélia Pereira CEAE/AL e Milton Canuto de Almeida CEFUNDEF/AL, tendo como debatedora a professora Girlene Lázaro da Silva, SINTEAL.

⁵ Palestra proferida pelas professoras Severina Mártir Lessa de Moura CDPE/AL, Kátia Maria Silva de Melo, UFAL; Verônica Rejane Sirqueira Casado, CDPE/SEE e Nilce de Mendonça Pinto, UFAL. Debatedora, professora Lenilda Lima da Silva, CUT/AL.

⁶ Expositor: professores Dr. Moisés Santana, UFAL, Maria Alba Correia da Silva, UFAL e Esmeralda Moura, UFAL. Debatedoras: professoras Maria Nanci Costa de Lucena CED/SEE e Nilze Régia Moureira Cavalcante. São Luís – MA, 23 a 26 de agosto 2005

secretária do Congresso os resultados dos grupos, para serem apresentados na plenária final.

No terceiro dia, dedicado a apreciação do Plano Estadual de educação, houve uma segunda conferência com a temática Plano Estadual de Alagoas 2005-2015 expressão de participação social nas políticas educacionais em Alagoas⁷. Em seguida, os participantes foram divididos em oito grupos, por níveis de modalidade de ensino.

No período da tarde, ocorreu a plenária de apreciação e deliberação do Plano Estadual de educação. Após a plenária, o comitê do Plano faz referência aos encaminhamentos dados, a partir desse momento, para sua aprovação final pela Assembléia Legislativa como Lei Estadual, e a coordenação geral do Congresso dar por encerrado os trabalhos, agradecendo a participação da comunidade escolar, da sociedade civil organizada e dos colaboradores na construção desse processo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto, pode-se dizer que, a Avaliação da Política Educacional de Alagoas, que culminou com a realização do II CECEAL, constituiu um marco na história da educação pública e democrática, fruto da mobilização, organização e participação da comunidade escolar e sociedade civil, decidindo sobre os rumos da escola cidadã.

Destarte, as deliberações, frutos do II CECEAL, em seu conjunto, ampliaram a visão das escolas, das CREs e da sociedade civil organizada, na busca da qualidade do ensino, visto que as discussões foram embasadas nos dados estatísticos, referentes aos indicadores educacionais.

Alie-se a isso, a preocupação da SEE em adequar as reflexões e discussões às demandas atuais para a educação, que sinalizam mudanças na sua prática social. Nesse sentido, as propostas oriundas das escolas e CREs apontaram para a construção de uma agenda de trabalho da SEE /2005, em que fossem contempladas as deliberações do Congresso, em resposta aos anseios da comunidade escolar. A construção dessa agenda foi elaborada em janeiro de 2005, e as ações previstas estão sendo encaminhadas, e contempladas no orçamento.

REFERÊNCIAS

⁷ Conferencistas: professores Dr. Élcio de Gusmão Verçosa, UFAL e Lenilda Lima da Silva, CUT/AL.
São Luís – MA, 23 a 26 de agosto 2005

ALAGOAS, Secretaria de Estado da Educação. **Carta de Princípios da Educação:** construindo a escola cidadã. Maceió, 2000.

_____. **Estatuto do Magistério.** Lei 6.196, Maceió, 2000.

_____. **Plano Estadual da Educação:** versão preliminar. PEE 2005-2015. Maceió, 2004.

_____. **Projeto Político Pedagógico,** 2003/2007.

BORDIGNON, Genuíno; GRACINDO, Vinhas Regina. **Gestão da Educação:** o município e a escola. In: **Gestão da educação:** impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2000.

DELORS, Jacques (Org.). **Educação:** um tesouro a descobrir. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI.